

## A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ARACAJU: JOSÉ GARCEZ VIEIRA (1944 –1970)

Ana Paula dos Santos Lima  
Universidade Federal de Sergipe

### RESUMO:

Em Sergipe, assim como em outros Estados do país, as instituições pré-escolares surgiram mediante a necessidade do atendimento assistencialista para a criança e sua família. O ideal de educação para a criança emergiu no Estado a partir de discussões acerca dos princípios escolanovistas que vinham norteando a implantação de instituições educativas e a ampliação do atendimento infantil, sobretudo nos Estados mais desenvolvidos do país. Em princípio, os estabelecimentos existentes eram voltados para a preocupação com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência, considerando os problemas de saneamento urbano e moléstias que afetavam a saúde da criança, resultando em altos índices de mortalidade infantil. A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira que esteve associada à fundação de uma Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da “Casa da Criança de Sergipe”, no início da década de 1930. O que se propõe neste trabalho é a verificação e análise do surgimento da Primeira Instituição Pública Municipal de Educação Infantil em Aracaju “José Garcez Vieira”, tendo por objetivo compreender os aspectos históricos que marcaram o período de criação e consolidação dessa instituição pioneira na educação municipal.

**Palavras-chave:** Aracaju , Educação Infantil, Instituição Municipal.

## THE FIRST CHILDREN MUNICIPAL INSTITUTION OF EDUCATION IN ARACAJU: JOSÉ GARCEZ VIEIRA (1944 - 1970)

### ABSTRACT:

In Sergipe, just like in other States of the country, the kindergarten institutions showed up. The ideal of giving education to a child came out in the State with the discussions related to the “escolanovistas” principals that were giving base to the creation of educational institutions and the improvement of children assistance, specially in the most developed States in the country. At first, the institutions that existed were concerned about problems related to health, feeding, hygiene and survival, considering problems like urban sanitation and diseases that affected the child’s health, resulting in high levels of children’s deaths. The creation to the Kindergarten in Sergipe was something brand new inspired on the new Brazilian pedagogy that was associated to the foundation of a new institution called “Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar”, that was part of the project to build the “Casa da Criança de Sergipe”, in the early 30’s. This work aims at verifying and analyzing the sprouting of the First Children Municipal Institution of Education in Aracaju “José Garcez Vieira”, trying to understand the historical aspects the pointed out the period of its pioneering institution creation and consolidation.

**Key-words:** Aracaju, Children Education, municipal institution.

## HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Desde os egípcios e mesopotâmios, passando pelos romanos e gregos, até os povos medievais europeus, por todo este período histórico não se considerava a infância como objeto de proteção especial. Pelo contrário, eram expostas às mais variadas crueldades, desumanidades e autoritarismos.

Segundo (Ariès, 1978)<sup>1</sup>, na era medieval não havia separação entre o mundo infante-juvenil e o adulto. A educação das crianças era garantida pela aprendizagem junto aos adultos, e que, a partir de sete anos, as crianças viviam com uma outra família que não a sua. Dessa época em diante, ao contrário, a educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola. A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado de infância ao do adulto.

Somente no século XVII na Europa inicia-se o reconhecimento da infância como uma categoria diferenciada dos adultos. Neste período a escola começa a substituir o ensino informal. O aprendizado deixa de ser algo estritamente limitado ao contato com o mundo adulto. No século XVIII o ensino passa a ter dois ciclos: a escola (mais curto) e o liceu (mais longo). Este sistema duplo de ensino teria acentuado o reconhecimento das fases infantil e juvenil da vida.

*Os mestres tenderam a submeter o aluno a um controle cada vez mais estrito, no qual as famílias, a partir do fim do século XVII, cada vez mais passaram a ver as melhores condições de uma educação séria. Chegou-se a aumentar os efetivos outrora excepcionais dos internos, e a instituição ideal do século XIX seria o internato, quer fosse um liceu, um pequeno seminário, um colégio religioso ou uma escola normal. Apesar da persistência dos traços arcaicos, a disciplina daria ao colégio do Ancien Régime um caráter moderno que já anunciava nossos estabelecimentos secundários contemporâneos. (ARIÈS, 1981, p.127).*

A partir do século XVIII, em meio às profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que cimentavam as bases materiais e simbólicas da emergente sociedade capitalista, as instituições de educação para as crianças começam a surgir na Europa no final do século XVIII, propagando-se por meio de uma circulação de pessoas e idéias. Criadas para atender as crianças pobres e as mães trabalhadoras, desde o início se apresentaram como primordialmente educacionais.

Historicamente, o cuidado e a educação da primeira infância aparece inicialmente como responsabilidade da família com destaque para a mãe, porém, com as mudanças no mundo do trabalho - em especial, pela inserção da mulher no mercado de trabalho - a educação das crianças foi, pouco a pouco, assumida por instituições não familiares como a creche e a pré-escola tornando-se uma das principais demandas e necessidades das mulheres e famílias trabalhadoras. Vista sob esta ótica, a inserção da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro pode ser considerada um avanço, principalmente, para as mulheres e famílias trabalhadoras.

Outra característica comum para todas as classes sociais na história da educação das crianças pequenas na sociedade capitalista é o fato da sua história fazer parte da mulher, que necessita ser educada para manter seu filho vivo que, por sua vez, precisa ser guardado e preparado para o futuro. Portanto a história da

creche e da pré-escola é a história da mulher operária que altera a sua função de mãe exercida até então, e que, portanto, deve ser educada para a nova função e dividir seu relacionamento com o filho com aqueles que o educarão para a nova sociedade. (GOULART, 2002, p.66).

O pensamento inovador de Friedrich Froebel sobre a educação da criança favoreceu a ampliação do atendimento infantil, superando a assistência, que até então se desvinculava da educação. Esta concepção expandiu-se em países da Europa, nos Estados Unidos, chegando ao Brasil.

A denominação Jardim de Infância, ou Kindergarten, utilizada por Frederico Guilherme Froebel, para designar a escola infantil inaugurada por ele, oficialmente, em 28 de julho de 1840, em Bad Blankenburg, na Alemanha, aparece como instituição pré-escolar tipicamente educativa. (...)

O Kindergarten froebeliano destina-se à educação de crianças de 3 a 7 anos, com currículo composto por atividades que envolvem a formação religiosa, o cuidado com o corpo, a observação da natureza, o aprendizado de poesias e cantos, exercícios de linguagem, trabalhos manuais, desenho, conto de lendas, cantos e realização de viagens e passeios (Froebel, 1913, p.41). Através dessas atividades, Froebel pretende alcançar o desenvolvimento integral da criança e, nesse sentido, ajusta-se perfeitamente aos objetivos de um estabelecimento com caráter educativo. (KISHIMOTO, 1988, p.32).

Segundo (Graça),<sup>2</sup> as vertentes pedagógicas da educação pré-escolar, destaca a influência de pedagogos como Froebel, Decroly e Montessori, que fundamentam, a partir de uma tendência “romântica”, a origem do Jardim de Infância. Essa tendência entende a pré-escola como jardim onde as crianças são “plantinhas” ou “sementes” que devem ser cultivadas. Para Froebel, por exemplo, o caráter lúdico é determinante para a aprendizagem, onde as atividades levam ao conhecimento. É uma tendência incorporada no Brasil, sendo até hoje difundida e aplicada nas instituições de educação infantil.

O primeiro jardim de infância brasileiro foi o do Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, fundado em 1875. Uma instituição particular que atendia crianças da elite, entre 5 e 7 anos de idade, com atividades voltadas à ginástica, pintura, desenho, exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, história e religião. (Kishimoto, 1988:91).

Em 1877, na Escola Americana, foi inaugurado o primeiro jardim de infância de São Paulo, também particular, pautado nos estudos americanos realizados pelos educadores protestantes que acreditavam na eficiência de uma metodologia inovadora para as crianças. Os dois primeiros jardins no Brasil adotavam a concepção froebeliana como organização das suas práticas e contribuíram para a implantação do jardim de infância público, fundado já no período republicano, em 1896, o jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo.

As décadas de 1920 e 1930 foram momentos importantes para as questões educacionais no Brasil. Os ideais “escolanovistas” trouxeram um novo prisma para as mudanças na educação, trazendo uma nova perspectiva que impulsionava as relações escolares. As escolas maternas, as creches e os jardins-de-infância provocam novos olhares para a educação infantil. A quantidade dessas instituições aumentava e a criança era vista como interesse especulativo e de assistência social.

O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A psicologia experimental dava suporte à cientificidade da pedagogia e produzia no discurso da escolarização de massas populares o efeito da individuação da criança (a criança no centro das relações de aprendizagem).

Como afirma Vidal, a escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. (VIDAL, 2000, p.498).

Com esse propósito, ampliam-se as discussões acerca da educação para a infância. Os anos de 1930 foram períodos de transição nos métodos de ensino e nas concepções que perpassam no atendimento educacional a crianças. As escolas maternas, as creches e os jardins de infância provocaram novos olhares para a educação infantil, e a quantidade dessas instituições aumentava, enquanto a criança era vista como motivo de interesse especulativo e de assistência social.

(...) Em 1932, o programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, prevê o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternas e jardins-de-infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”. (KUHLMANN Jr.,2000, p. 482).

O Manifesto dos Pioneiros tentava chamar a atenção para a relação entre educação e desenvolvimento, opondo-se à improvisação das reformas esparsas. O manifesto propõe a unificação de toda a estrutura nacional, da pré-escola à universidade, para acabar com a duplicidade do sistema de ensino, que dividia o ensino primário e profissional, para os pobres e o ensino secundário e superior, para os ricos.

Com a renovação dos métodos de ensino, a preocupação com a estrutura e a organização das instituições educativas, como também a formação de professores, representava os principais motivos para as novas iniciativas diante da educação nacional. Para atingir as expectativas nas inovações da educação brasileira era preciso adequar e melhorar as práticas e políticas educacionais do país.

São Paulo, por exemplo, na década de 1930 era considerado centro de referência dos estudos e das práticas educativas, as quais passaram a ser expandidas no Brasil. Impressionava os demais Estados com a reforma do ensino implementada sob a liderança do Professor Lourenço Filho. (NASCIMENTO, 2003, p. 149-156).

A consolidação dos jardins de infância no Brasil passa por motivações significativas na História da Educação brasileira. As transformações ocorridas na educação e na sociedade neste período traziam, sobretudo, novas idéias de formação e de uma nova organização social, reproduzindo valores emergentes com os ideais da República.

Neste entendimento, a sociedade republicana, passou a adquirir novos padrões de vida. A urbanização e a industrialização contribuíram de maneira significativa para um crescimento e mudanças de valores. Nesse sentido, à nova organização social, surgiam as discussões sobre a valorização da infância como uma fase em que a criança desenvolve as suas potencialidades. Era a escola o espaço de desenvolvimento das habilidades infantis, asseguradas através das práticas no ensino primário ou pré-primário. Assim, o ideal republicano, que visava à modernização e reorganização do país, passou a preocupar-se com o ensino, atribuindo a este caráter de importância na formação social e educativa da população.

Evoca-se, portanto, a importância da família, da sociedade como elementos do sistema de educação não – formal que constituem o meio social, onde o ser humano é formado. Nesse empenho normalizador, a família continuou sendo alvo privilegiado, pois se sabia que nada poderia ser feito com a criança na escola se não houvesse receptividade aos procedimentos pedagógicos no ambiente doméstico. A família deveria se adequar ou ser adequada, nos

princípios ditados pelo discurso educacional renovador.

Sendo assim, toda a discussão em torno da educação pré-escolar, desempenhada no jardim de infância, de um modo geral, seriam: preparar a criança de 4 a 7 anos de idade para o ingresso na “Escola Primária”, compensar e suprir as carências, as deficiências culturais, lingüísticas e afetivas das crianças provenientes das camadas populares; desenvolver a sociabilidade através do contato entre crianças, promovendo o desaparecimento das tendências egocêntricas presentes na idade infantil.

Ao se enfatizar o papel das instituições educacionais, incluindo os jardins de infância como espaços de formação do indivíduo para o convívio social, importa elucidar que os aspectos presentes nos objetivos desta formação constituem a transmissão de valores sociais, enquadrados na prática do jardim de infância, o qual tem por finalidade educar crianças de três a seis anos de idade, aprofundar as aptidões, modificando a índole, formando o caráter, despertando e auxiliando o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais. (MONARCHA, 2001, p.74)

Na década de 1930, logo após a inauguração do Jardim de Infância Augusto Maynard, foi fundada a *Inspetoria de Higiene e Assistência Escolar*, trazendo a idéia existente no país que assegurava o cuidado com a infância, no tocante à saúde e higiene, e ao preparo físico como requisito para o ingresso escolar. As crianças passavam pela assistência médico-escolar durante a idade de pré-escola e quando entravam nos grupos escolares no ensino primário. A Inspetoria aliada ao estabelecimento de ensino, o Jardim de Infância, tinha a função de associar os cuidados médicos, de higiene aos processos educativos. Segundo Moysés Kuhlmann:

A “proteção à infância” é o motor que impulsiona a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas possam ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado como no espaço público. A “Associação Protetora da Infância Desamparada” foi uma das primeiras entidades que se preocupou com essa questão em âmbito nacional. (2000: 473)

Paralelamente, e acompanhando as idéias para a educação e formação das elites, surgiram alguns jardins de infância particulares, cujo enfoque era já a introdução às aprendizagens que a sua classe social exigia. Na década de 50 surgiram também as duas primeiras escolas particulares de educadoras de infância, nascidas de movimentos católicos onde o espírito de missão e apostolado são elementos fundamentais de formação. Assim, o público destas escolas, eram mulheres, provenientes da burguesia com prestígio o que contribuía para o elitismo social da profissão de educadora de infância.

A partir dos anos de 1960, houve grandes mudanças de modelo e de assistência a infância abandonada. Começava a fase do *Estatuto do Bem-Estar*, com a criação da FUNABEM (1964), constituição Cidadã, assim inseriam-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante de todas essas transformações, enfim, o Estado assume sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas se tornam sujeitos de Direito, pela primeira vez na História.

Em 1967, foi criado um Plano de Assistência Pré-Escolar, do *Departamento Nacional da Criança*, do Ministério da Saúde. Seguindo as prescrições da UNICEF, o Plano propunha um programa de emergência para o atendimento de crianças de dois a seis anos, por meio da criação de Centros de Recreação. Tal plano parece ter sido feito para

cumprir as exigências relacionadas a acordos internacionais. Dado o caráter assistencial, novamente tentava-se tirar a criança da rua pelo mero atendimento, sem haver preocupação com a qualidade do trabalho ou da educação que lhe era oferecida.

O plano de do DNCr de 1967 é explícito ao especificar que se trata de uma política de assistência ao pré-escolar e não de uma política de assistência ao pré-escolar e não de uma política para a pré-escola (educação), especificidade que se perde, porém, em planos subseqüentes, que se autodenominaram programas, nacionais de educação pré-escolar. O documento do DNCr é sóbrio, sinalizando tratar-esse de um plano de emergência, sobriedade que também se perde em propostas subseqüentes: nas décadas de 70 e 80(...) (Rosemberg,1997, p.150).

O modelo de uma pré-escola brasileira de massa, desempenhando também uma função de assistência, foi introduzida no Brasil sob influência de propostas divulgadas pelas organizações intergovernamentais, em especial o UNICEF<sup>4</sup> e a UNESCO. A mais antiga influência na elaboração da nova proposta de pré-escola foi exercida pela UNICEF através do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão extinto em 1968.

Nos anos de 1960 e 1970, vislumbramos o aumento da taxa de trabalho feminino, conseqüência de variadas alterações sociais, leva a uma procura cada vez maior dos serviços para a infância, verificando-se assim uma expansão das creches e jardins de Infância de natureza privada e assistencial. O que então se privilegiava era a guarda das crianças, em detrimento de preocupações pedagógicas ou de respeito pela individualidade das crianças, característica que ainda hoje pesa nas instituições privadas de solidariedade social.

### ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM SERGIPE<sup>5</sup>

De acordo com (Castanho, 2000) , nas duas últimas décadas do século XX, o campo da História da Educação, sob a influência da História Cultural, sofreu uma revolução no que se refere aos temas, objetos, fontes e contornos teórico-metodológicos.

A matéria-prima dos historiadores, as fontes históricas, se multiplicou. Qualquer vestígio deixado pelo homem do passado que possa dizer algo sobre a sua história educacional pode integrar um relato histórico. Na perspectiva tradicional da História da Educação havia, por exemplo, uma preocupação com a história da organização do sistema de ensino e com o pensamento pedagógico dos grandes intelectuais da educação vistos a partir dos pressupostos positivistas. Recentemente o olhar do historiador da Educação, influenciado pela História Cultural, se voltou para temas como a cultura e o cotidiano escolares, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais (professores, professoras, mas também os alunos e alunas), a imprensa pedagógica, os livros didáticos etc.têm sido crescentemente estudados e valorizados. (Lopes e Galvão, 2001, p.40-43).

Diante dos vastos conceitos de fontes e do surgimento de novos temas, a História Cultural forneceu novas possibilidades de abordagens dos objetos culturais no campo da Educação com a contribuição de historiadores como *Roger Chartier*, *Carlo Ginzburg*, *Michel Foucault* e *Dominique Julia*. Desta forma, os impressos e a cultura escolar podem ser analisados nos seus processos de produção, circulação e apropriação.

O interesse sobre o campo educacional sergipano tem crescido desde a década de 1990 com o aumento de estudos nessa área. Entretanto, apenas as investigações recentes se apropriaram das amplas possibilidades oferecidas pela História Cultural em examinar instituições, práticas e agentes dispostos nesse campo. (Nascimento, 2003, p.70)

Atualmente a pesquisa em História da Educação, tanto no Brasil como em outros países, é muito abrangente e inovadora do que foi há alguns anos. No Brasil, o salto qualitativo e quantitativo se deu a partir dos anos de 1980.

Toda essa mudança deve-se à revolução historiográfica francesa (A Escola dos Annales) que contribuiu para o aparecimento de novos objetos de pesquisa, novas abordagens e novas fontes. Essas mudanças no campo da história provocaram inovações no interior da própria história da educação. Assim, o legado da nova História Cultural, tem provocado uma verdadeira revolução na historiográfica educacional.

Culturas escolares têm ganhado um amplo espaço entre os interessados em fazer outras abordagens e fugir do tradicional que imperou por muito tempo na historiografia educacional. Não que devemos bani-lo, devemos introduzir novos elementos, reinventá-lo. Contudo, é bom frisar e atentar para o fato de que precisamos fazer relações. Pois a cultura escolar não é, e não foi alheia às culturas que lhes são contemporâneas. “... cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.”<sup>6</sup>

Essa definição dá maior ênfase aos processos de transmissão cultural da escola. As duas concepções se complementam e evidenciam o novo olhar que focaliza os aspectos internos da escola em relação ao seu entorno.

Sendo assim, a investigação histórica da cultura escolar tornou-se, nos últimos anos, um amplo e renovado programa de pesquisa. Para isso recorre-se a novos conceitos, metodologias e fontes diversas.

Uma história que requer uma nova leitura das fontes tradicionais - estatutos, regulamentos, discursos, memórias...- e o recurso a outras até agora menos utilizadas, como auto-biografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos, diários de classe, exame, mobiliário e material de todo o tipo, calendários e horários escolares e cultural das instituições. (FRAGO, 1998, p.14).

Com a renovação dos métodos de ensino, a preocupação com a estrutura e a organização das instituições educativas, como também a formação de professores, representava os principais motivos para as novas iniciativas diante da educação nacional. Para atingir as expectativas nas inovações da educação brasileira era preciso adequar e melhorar as práticas e políticas educacionais do país.

Em Sergipe, assim como em outros Estados do país, as instituições pré-escolares surgiram mediante a necessidade do atendimento assistencialista para a criança e sua família. O ideal de educação para a criança emergiu no Estado a partir de discussões acerca dos princípios escolanovista que vinham norteando a implantação de instituições educativas e a ampliação do atendimento infantil, sobretudo nos Estados mais desenvolvidos do país. Em princípio, os estabelecimentos existentes eram voltados à preocupação com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência. Eram assim considerados os problemas de saneamento urbano, higiene e moléstias que afetavam a saúde da criança, resultando em altos índices de mortalidade infantil. A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira e esteve associada à fundação de uma Inspetoria de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da “*Casa da Criança*”. Os estudos realizados em outros países, como nos Estados Unidos, acerca dos novos métodos ativos foram difundidos no contexto educacional brasileiro por intermédio de Anísio Teixeira, Lourenço

Filho e os membros integrantes do Movimento da Escola Nova, nas primeiras décadas do século XX.

Para investigar a importância e a contribuição do Jardim de Infância para a sociedade sergipana, sobretudo para crianças na fase pré-escolar, é necessário contextualizar a situação educacional na década de 1930, época em que se ampliam as discussões acerca da educação para a infância, em Sergipe e no Brasil.

Em Sergipe, o jardim de infância surgiu dentro do movimento da Escola Nova desde a década de 20. Mas foi nos anos 30 que a idéia se concretizou com a criação da *Casa da Criança de Sergipe*.

Em 1931, encontrava-se em andamento a construção da *Casa da Criança de Sergipe*, instituição que nasceu com o intuito de atender à infância sergipana. Nela, conjugava-se o atendimento à saúde sob a responsabilidade da Inspetoria, e o educacional com a atuação do Jardim.

Com esta iniciativa, o Estado destacou-se nacionalmente, à medida que favoreceu a ampliação do atendimento à criança sergipana na tentativa de superar as necessidades educacionais, morais e de saúde. A diligência pública concretizou as propostas de educação pré-escolar com a criação da “Casa da Criança de Sergipe”. O estabelecimento reproduzia, na sua instalação, um modelo presente no Brasil na década de 1930 e representava uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira.

De acordo com Rita de Cássia, com a Dissertação de Mestrado, intitulada *O Primeiro Jardim de Infância de Sergipe: contribuição ao estudo da Educação Infantil (1932-1942)*, em 17 de março de 1932, foi inaugurada a primeira instituição de educação para a infância de Sergipe sob a responsabilidade do poder público. A solenidade de inauguração foi prestigiada por representantes da sociedade e autoridades políticas.

*Aos 17 dias do mês de março de 1932, 77º aniversario da mudança da Capital para as arenosas plagas de Aracajú, onde a vontade e o esforço dos Sergipanos ergueram a sua pequena e linda capital, presentes os snrs. Interventor Federal Augusto Maynard Gomes, de Sergipe, Capitão Tarso Tinoco, de Alagoas, Major Juarez Távora, delegado do Governo Provisorio no setor norte brasileiro, altas autoridades do Estado e do Município, docentes e discentes da Escola Normal “Rui Barbosa”, grupos escolares da capital, elementos representativos da sociedade sergipana, numerosas famílias e grande assistência popular teve lugar a inauguração da “Casa da Criança” e do seu Jardim de Infancia, construído pelo valoroso interventor Maynard Gomes com um interesse e carinho que passará a historia como significativa prova de seu amor pela instrução popular em Sergipe.*

A criação do referido Jardim de Infância, em Aracaju, deu-se no governo de Augusto Maynard Gomes, Interventor Federal que apoiou a diligência de jovens professoras da capital sergipana e oficializou a criação do estabelecimento. Essa instituição é popularmente conhecida como “Jardim de Dona (Bebé), numa alusão à professora Izabel Tiúba que foi sua professora e diretora por 28 anos”.

O Jardim de Infância Augusto Maynard, antes denominado “*Casa da Criança*”, é um exemplo de desenvolvimento de um novo caráter educativo brasileiro. O Estado encontrava-se em fase de maior desenvolvimento urbano e industrial. Surge, neste contexto, a preocupação em adequar a educação a padrões e aos novos ideais que foram sendo incorporados ao sistema de ensino, inclusive à educação para crianças.

## O PIONEIRISMO DO JARDIM DE INFÂNCIA JOSÉ GARCEZ VIEIRA NA

## EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL EM ARACAJU

Em 31 de novembro de 1942, numa solenidade com poucas pessoas, o jovem comerciante José Garcez Vieira tomou posse como prefeito da capital sergipana. Com a ditadura do Estado Novo, o Brasil vivia uma fase de turbulência no campo político e educacional.

Garcez Vieira exercia o cargo de membro do Departamento Administrativo do Estado na administração anterior e era elogiado por sua “implacável linha de conduta e dotes de inteligência e personalidade”. Em dezembro do mesmo ano de sua posse, Garcez Vieira já era elogiado por cuidar do “embelezamento da cidade”. Cercado por alguns intelectuais e seguindo o exemplo de outros prefeitos de capitais brasileiras, Garcez Vieira criou, também no primeiro ano de seu governo, a *Revista de Aracaju*, importante veículo de circulação de idéias e produção intelectual bem como forte instrumento de propaganda e prestação de contas das administrações municipais.

Na década de 40 a realidade educacional do Estado era alarmante. Sergipe entrou nesse período com 72,6 por cento da sua população analfabeta. Existiam apenas 536 escolas públicas primárias (escolas isoladas com apenas uma única sala), sendo 358 estaduais e 178 municipais, com uma matrícula total de 21.810 alunos. Havia ainda cerca de 120 escolas particulares e apenas 2 instituições de educação infantil – o Jardim “Augusto Maynard” e a escola da Legião da Boa Vontade (LBA). Muitas crianças e jovens encontravam-se fora da escola e, como vimos, o índice de analfabetismo era alarmante. O Documento produzido em 1941 pelo Departamento de Educação do Estado indica que em Aracaju, existiam 41 escolas isoladas estaduais, 64 escolas particulares e apenas 7 escolas municipais, todas isoladas.<sup>8</sup>

Com a realidade precária da educação em Sergipe, o novo prefeito interessou-se pela educação. Já nos primeiros meses de governo, desapropriou casas para a construção de uma escola primária e assim, no ano seguinte, inaugurou a “Escola Municipal Abdias Bezerra”, no Bairro Santo Antonio. Nesse mesmo ano desapropriou “uma quadra terra entre as ruas Goiás, Sergipe, Mato Grosso e Distrito Federal para a construção de Jardim de Infância destinado aos filhos dos operários”.<sup>9</sup>

No dia 10 de novembro de 1944 foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju, o *Centro Municipal de Assistência à Criança*. Numa solenidade concorrida, com a presença do Interventor Federal Augusto Maynard Gomes e diversas autoridades, o prefeito José Garcez Vieira cortou a fita inaugural e conduziu os presentes para as modernas e amplas dependências do jardim. Sobre esse acontecimento expressivo para a sociedade sergipana assim se expressou o Sergipe Jornal: “*Sua Senhoria numa alta e perfeita compreensão dos postulados modernos e democratizantes, está construindo, num bairro operário, um grande centro de assistência à criança pobre, tendo inaugurado ontem uma parte do conjunto, ou seja, o Jardim de Infância*”.

*(...) o Jardim do Centro Municipal de Assistência à Criança, assim logo chamado na sua inauguração, em 10 de novembro de 1944, tinha como finalidade atender a uma parcela da população quase que totalmente excluída das poucas políticas públicas de educação infantil. Numa solenidade concorrida, com a presença do Interventor Federal Augusto Maynard Gomes e diversas autoridades, o prefeito José Garcez Vieira cortou a fita inaugural e conduziu os presentes para as modernas e amplas dependências do jardim. O Jardim já dispunha de instalações físicas adequadas com salas amplas, canteiros, brinquedos infantis, professora de música, recreadora, atendimento médico – odontológico permanente. Esta instituição, situada no Bairro Siqueira Campos, ficou conhecida como o Jardim Operário porque fora a primeira instituição de atendimento pré-escolar pública municipal situada num bairro popular, que atendia crianças das famílias das camadas trabalhadoras. Na*

*administração do prefeito José Conrado de Araújo. (1959 - 1963), o jardim passou a denominar-se Jardim de Infância José Garcez Vieira. (LIMA, 2005, p.13)*<sup>10</sup>

De acordo com a professora Lúcia Melo,<sup>11</sup> o Jardim de Infância José Garcez Vieira, *teve um grande significado para a população do bairro Siqueira Campos. Era também considerado “o cartão de visitas” do município de Aracaju – onde os prefeitos levavam ilustres visitantes de todos os Estados do Brasil.*

A faixa etária atendida pelo Jardim era de 4 a 6 anos e a procura era muito grande. Trabalhos com manipulação e linguagens eram muito frequentes. Uma das coisas que mais se fazia era contar histórias. Algumas delas eram depois dramatizadas. As pequenas peças teatrais contavam com muita criatividade dos professores que tudo improvisavam: cenários com caixas de sapato, caixotes de geladeira e fogão, etc. As meninas eram estimuladas a ajudar as mães nas tarefas domésticas e por isso havia a casa de bonecas com quase todo o mobiliário em miniatura. De acordo com D. Lúcia Melo, *“Até havia o fogãozinho para orientar a criança no dia-a-dia junto às mães”.*

D. Lúcia também afirma que: *“a educação física era por meio de historinhas dramatizadas. Eu contava e dramatizava aquela história, se era a história do chapeuzinho vermelho, uma criança saía de Chapeuzinho, outra de vozinha, outra de Lobo mal, era muito significativa. Assim as demais histórias, os Três porquinhos, o papel de Emília do Sítio do Pica-Pau”.*

O Jardim era muito bem cuidado. Havia canteiros de flores espalhados por toda a área livre do prédio e as crianças estimuladas a zelar por elas. Logo nos primeiros anos de funcionamento, havia um aquário e até pequenos animais eram criados no fundo do quintal.

As crianças eram orientadas para o cuidado e estimuladas para o carinho e o afeto com os animais. Diariamente colocavam comida no aquário e visitavam os bichos nas suas casinhas.

A professora de piano tinha a função de acompanhar as atividades de canto e de educação física. As crianças se reuniam em círculo, “rodinha”, e ali se fazia dramatizações e declamações quase sempre acompanhadas por músicas ao piano. Estimular a formação de bandinhas rítmicas por músicas ao piano. Estimular a formação de bandinhas rítmicas era função primordial. Nesse sentido, até, pelo menos final dos anos 50 não se utilizavam instrumentos musicais improvisados, feitos com material de sucata, como nos dias atuais.

Todas as crianças, ao entrarem no prédio, iam para o pátio coberto. Lá cada uma entrava na fila da sua sala e, sob o comando da professora, cantavam a canção do “Bom – dia”. Cantando, dirigiam-se em fila para as salas, turma por turma. O canto era acompanhado pelo piano. A educação musical era levada muito a sério na educação escolar brasileira, desde o jardim de infância. No ensino primário e secundário havia disciplina “Canto Orfeônico” que persistiu até a década de 70 em várias das “boas” escolas públicas e particulares do Brasil.

As crianças usavam os tradicionais cadernos de colorir: de um lado uma paisagem colorida e do outro a mesma paisagem sem cores para que a criança utilizasse os lápis de modo correto – exatamente igual à paisagem colorida. Outras vezes a própria professora desenhava algum objeto ou paisagem e o aluno coloria – algumas professoras eram exigentes quanto à fidelidade das cores ao objeto retratado. Havia também os chamados “desenhos – surpresa” – algum decalque era colocado debaixo da folha de papel a ser pintada pelo aluno – a surpresa ia aparecendo à medida que a criança coloria o papel.

Na faixa etária de 6 anos, as crianças trabalhavam com exercícios de caligrafia. As

professoras tracejavam as letras e pequenas palavras para que os alunos cobrissem; eram os famosos “exercícios de cobrir”.As crianças tinham que aprender seus nomes, por isso as crianças tinham seus nomes improvisados em papalotes e crachás fixados num flanelógrafo e eram incentivadas a primeiro cobri-los e depois escrevê-los sozinhas.

O cotidiano do Jardim de Infância era muito organizado, dentro de todos os padrões tradicionais de um jardim de infância modelo.Havia um cronograma semanal de atividades. Em cada semana, em cada horário se sabia o que seria feito.A hora da história, do drama, da colagem, do recorte, da pintura, do passeio, etc. As professoras se reuniam com frequência para que tudo pudesse ser organizado, planejado, com muito cuidado e antecedência controlado pela diretora.

Em 1960, por ocasião das eleições presidenciais, a filha do Marechal Teixeira Lott esteve visitando o Jardim acompanhado pelo prefeito José Conrado de Araújo e comitiva. Foi “condignamente” homenageada pelas crianças e professoras.

Com a criação do Jardim, ocorreu o primeiro concurso público da rede municipal de ensino. Em obediência ao Decreto-Lei nº 1002/39<sup>12</sup> do Governo Federal, o prefeito de Aracaju, através do Decreto nº 15 de 24 de março de 1945 nomeou a comissão julgadora composta por professores de destacada atuação no cenário educacional sergipano: Adel da Silva Nunes, Genaro Plech, Maria Leonar da Rocha Matos, Sinésia Oliveira e Maria Blandina de Souza. O funcionário Pedro Teles de Souza, espécie de líder sindical dos servidores municipais, foi nomeado secretário.

De acordo com a professora Lúcia Melo, a seleção dos professores no Jardim de Infância José Garcez Vieira, era por meio de concurso público *todas as professoras eram concursadas, cada uma numa classe (...) tínhamos uma professora de educação física, jogos, declamação e canto que era eu... existia também uma pianista que acompanhava todos os cânticos... cada professora concursada tomava conta de uma classe. Eram quatro classes, sendo que nós tínhamos dois turnos: manhã e tarde.* Com a criação do Jardim, ocorreu o primeiro concurso público da rede municipal de ensino. Em obediência ao Decreto nº 15 de 24 de março de 1945. O Jardim surgiu no bairro a fim de atender a uma parcela de crianças que não podiam contar com um atendimento educacional naquela região”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jardins de infância froebelianos penetram nas instituições particulares, como inovação pedagógica, destinadas à elite da época, como exemplo de modernidade, que oferece um curso semelhante ao divulgado no então modelar sistema educacional americano. Entre os primeiros a adotá-los encontram-se o *Colégio Menezes Vieira*, do Rio de Janeiro (1875), e a *Escola Americana*, dirigida por protestantes de São Paulo (1877). A associação do jardim de infância a uma unidade de educação, de meio período, destinada à elite fica mais clara ainda, quando se cria o *Jardim de Infância da Caetano de Campos*, de São Paulo, em 1896. Mesmo sendo uma escola pública era freqüentado pela elite da época, provocando polêmica e discursos inflamados de políticos na época, que reivindicam sorteio para o preenchimento das vagas.

A trajetória das creches e escolas maternas foi marcada pela tradição assistencial, destinada às crianças das famílias pobres. Dessa forma, em nosso país, enquanto modalidade de guarda diária de crianças pequenas, as creches surgiram para atender às necessidades do trabalho feminino industrial, respondendo assim a questões como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos higiênicos e a moralização das famílias operárias.

Os jardins de infância ou escolas infantis, originaram-se no âmbito público governamental a partir de algumas iniciativas particulares. Sua expansão foi lenta e gradual até os anos 1970, apesar de um início de crescimento nos anos 1950 com a criação das classes de pré-primário, anexas aos estabelecimentos de ensino fundamental.

A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira e esteve associada à fundação de uma Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da Casa da Criança. Esta realização contemplava as iniciativas presentes nos estabelecimentos escolares de atendimento a crianças, diante da ampliação das discussões sobre a infância e acerca da saúde e organização da sociedade.

As instituições criadas no Brasil nos anos de 1920 e 1930 foram pioneiras nas ações a favor das crianças que desde os primórdios da humanidade são abandonadas sem nenhuma política de amparo. As instituições que surgiram nesses períodos desempenharam uma relevante função no tocante à moral, ao civismo, à instrução e a assistência. É importante destacar a relevância deste artigo como uma contribuição para o estudo de um período, onde o contexto educacional não era constituído por uma política de educação voltada para crianças em idade pré-escolar.

A inauguração do Centro Municipal de Assistência à Criança, assim logo chamado na sua inauguração, em 10 de novembro de 1944, tinha a finalidade de atender as crianças que não podiam contar com nenhum tipo de instituição municipal de educação pré-escolar no bairro Siqueira Campos em Aracaju, pois, o único Jardim de Infância localizado em Aracaju, era ocupado pelas crianças da elite sergipana, ficando também afastado e inacessível às famílias daquele bairro.

A inauguração desse Jardim do Jardim de Infância Municipal foi um acontecimento expressivo para as famílias de camadas trabalhadoras, pois dessa forma as crianças puderam contar com um Jardim de Infância Municipal voltado para atender as suas necessidades, não só com um caráter assistencialista, mas, sobretudo, com a finalidade de uma educação pré-escolar.

O estudo em questão considera também a escola (pré-escola) como espaço de desenvolvimento da cultura infantil (comportamentos e conhecimentos) como elemento que integra a cultura escolar, através das normas e finalidades da escola, o papel e profissionalização do educador, os conteúdos e as práticas escolares.

O “Jardim Operário” representou o pioneirismo na educação municipal em Aracaju, no sentido de contribuir com a educação pré-escolar, atendendo as camadas das famílias trabalhadoras no sentido de socialização, formação psicológica e moral.

A atuação do Jardim de Infância contribuiu com a História da Educação brasileira, sobretudo para a Educação Infantil em Sergipe, com seus mais de 60 anos de consolidação e atuação no cenário educacional sergipano.

## NOTAS

1. ARIÈS, Philippe. *História da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
2. GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. Jardim de Infância “José Garcez Vieira” – Marco da educação infantil da Prefeitura de Aracaju. In: *Revista Hora de Estudo*. Revista do sistema Municipal de Ensino de Aracaju. Aracaju: Secretaria Municipal de Aracaju. Ano I, nº I. Agosto de 1997. P. 08-18.
3. ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo:

Cortez, 2001.

4. \_\_\_\_\_. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.p. 147 – 148 .

5. CASTANHO, Sérgio. 2000. Questões teórico-metodológicas de História Cultural e Educação. IN: *Anais do 1º Congresso Brasileiro de História da educação*. Rio de Janeiro. SBHE. CDROM.

6. JULIA, Dominique. 2001. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, n<sup>o</sup> 1, Janeiro /Junho. p. 9-43.

7. Ata da inauguração da Casa da Criança. Cf. Livro de Ata do Jardim de Infância – Casa da Criança, 1932. Acervo particular de Luiz Antônio Barreto. Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura.

8. Quadro Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas, Estaduais, Municipais e Particulares e Nomes dos Respectivos Professores. Governo de Sergipe. Imprensa Oficial. Aracaju, Abril, 1941.

9. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. História Política de Sergipe. 3º Vol. p. 97.

10. DECRETO – LEI n. 75 de 21 de março de 1945. Este decreto instituiu o centro municipal de Assistência à Infância do qual o jardim, inaugurado em 10 de novembro de 1944, fazia parte.

11. Lucia Melo da Silva. . Professora desde 1946 e diretora em 1956 e de 1959 a 1973, entrevista concedida à autora, em 11 de maio de 2004.

12. DECRETO n<sup>o</sup> 15 de 24 de março de 1945 nomeou a comissão julgadora composta por professores de destacada atuação no cenário educacional sergipano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, Ana Lucia Goulart de. *Educação pré-escolar: para uma pedagogia da educação infantil – 2ª Ed.* Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Augustín. 1998. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A.

FREITAS, Marcos Cezar de. KUHLMANN Jr, Moysés. (orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo, Companhia das letras, 1989.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN Jr, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEAL, Rita de Cássia Dias. *O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)*. São Cristóvão (SE), 2004. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Ana Paula dos Santos. A arte de contar histórias com Malba Tahan. In: 15º Congresso de Leitura do Brasil. Caderno de Resumos. Campinas, SP: UNICAMP, ALB, 2005. p. 319.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro DP&A. 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. 2003. *Historiografia Educacional sergipana: Uma Crítica aos Estudos de História da educação*. São Cristóvão: FAP-SE.

NUNES, Maria Thétis. 1984. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e Cultura do Estado de Sergipe/ Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre cultura escolar. IN: CUNHA, Marcus Vinicius da (Org). 2000. *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas. SP: Autores Associados. P.3-27.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e o processo educativo. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte; Autêntica, 2000.

DECRETO – LEI nº. 75 de 21 de março de 1945. Este decreto instituiu o Centro Municipal de Assistência à Infância do qual o jardim, inaugurado em 10 de novembro de 1944, fazia parte.